

Denilson Victor Machado Teixeira

Doutor em Direito pela PUC/SP

Mestre em Direito Público pela UNIFRAN/SP

Especialista em Direito Processual pela PUC/MG

Bacharel em Direito pela UNIFENAS/MG

Professor Titular dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito na UNIFENAS/MG, Campi de Alfenas – MG e Campo Belo – MG

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Previdenciário na Universidade Estácio de Sá / RJ, Câmpus de Juiz de Fora – MG

Professor Convidado do Curso de Pós-Graduação em Direito Previdenciário na Universidade Estadual de Londrina – PR (UEL)

Advogado – OAB/MG 76.787

Líder do Grupo de Pesquisa “Políticas Públicas” (CNPq/Lattes/UNIFENAS)

Manual de Direito da Seguridade Social

Aspectos Doutrinários, Legais e Jurisprudenciais



Revista, ampliada e atualizada



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

Manual de Direito da Seguridade Social - 3ª edição

© Denilson Victor Machado Teixeira

J. H. MIZUNO 2015

Revisão:

Denilson Victor Machado Teixeira

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Maurício Amormino Júnior, CRB6/2422)**

T266m	<p>Teixeira, Denilson Victor Machado. Manual de direito da seguridade social: aspectos doutrinários, legais e jurisprudenciais / Denilson Victor Machado Teixeira. – 3. ed.</p> <p>Leme (SP): JH Mizuno, 2015. 364 p. : 16 x 23 cm.</p> <p>Inclui referências. Inclui índice alfabético remissivo.</p> <p>1. Direito do trabalho - Brasil. 2. Previdência social – Legislação - Brasil. 3. Seguridade social. I. Título.</p>
ISBN 978-85-7789-183-2	CDD-341.76
Índice para o Catálogo Sistemático 1. Direito Trabalhista : Brasil 341.76 2. Legislação de Seguridade Social 341.76 3. Previdência Social : Legislação 341.76	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Todos os direitos desta edição reservados à

J. H. MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.br

e-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

CAPÍTULO I

Teoria Geral da Seguridade Social	35
1. Noções	36
2. Normas Mínimas da Seguridade Social (OIT).....	36
3. Histórico.....	37
3.1. Direito estrangeiro	37
3.2. Direito brasileiro	38
4. Etimologia e denominação	41
5. Conceito	42
6. Divisão.....	43
7. Competência para legislar.....	43
8. Autonomia.....	44
9. Taxionomia	44
10. Relações do Direito da Seguridade Social com outros ramos do Direito.....	44
11. Fontes.....	46
11.1. Fontes materiais	46
11.2. Fontes formais.....	46
12. Aplicações das normas.....	46
12.1. Eficácia.....	46
12.2. Hierarquia.....	47
12.3. Interpretação	47
12.4. Integração	48
13. Princípios.....	48
13.1. Princípios constitucionais gerais	48
13.1.1. Princípio da dignidade da pessoa humana	48
13.1.2. Princípio da igualdade.....	49
13.1.3. Princípio da legalidade.....	49

13.1.4. Princípio da liberdade	49
13.1.5. Princípio da solidariedade social.....	49
13.1.6. Princípio da primazia do judiciário	50
13.1.7. Princípio do direito de petição e obtenção de certidões	50
13.1.8. Princípio da ampla defesa e do contraditório.....	50
13.1.9. Princípio do direito adquirido.....	50
13.2. Princípios específicos.....	51
13.2.1. Universalidade da cobertura e do atendimento	51
13.2.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	52
13.2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	52
13.2.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios.....	52
13.2.5. Equidade na forma de participação no custeio	52
13.2.6. Diversidade da base de financiamento	53
13.2.7. Caráter democrático e descentralizado da Administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados	53
13.3. Regra da contrapartida.....	53
14. Organização	53
15. Aspectos penais e os crimes contra o sistema da seguridade social.....	54
15.1. Legislação, ação penal e competência jurisdicional	54
15.2. Apropriação indébita previdenciária	54
15.3. Sonegação de contribuição previdenciária	56
15.4. Estelionato qualificado	58
15.5. Falsidade documental	61
15.6. Falsificação de documento público previdenciário	63
15.7. Divulgação de informações sigilosas ou reservadas	65
15.8. Inserção de dados falsos em sistema de informações	66
15.9. Modificação ou alteração não-autorizada de sistema de informações	67
15.10. Violação de sigilo funcional	68
15.11. Funcionário público	70
15.12. Desacato	71

CAPÍTULO II

Financiamento da Seguridade Social	73
1. Introito.....	73
2. Contribuições.....	73
2.1. Conceitos e natureza jurídica.....	73

2.2. Princípio da noventena.....	74
2.3. Contribuições em espécie.....	74
2.3.1. Contribuição da União Federal.....	74
2.3.2. Contribuições dos segurados.....	74
2.3.2.1. Empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso.....	74
2.3.2.2. Contribuintes individual e facultativo.....	81
2.3.3. Contribuição da empresa.....	82
2.3.3.1. Isenção de contribuições a entidade beneficente de assistência.....	85
2.3.4. Contribuição do empregador doméstico.....	86
2.3.5. Contribuições do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	87
2.3.6. Receita de concursos de prognósticos.....	88
2.3.7. Receitas diversas.....	88
2.3.8. Contribuição <i>post mortem</i>	89
3. Salário-de-contribuição.....	90
4. Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	95
4.1. Normas gerais de arrecadação.....	95
4.2. Retenção e responsabilidade solidária.....	97
4.3. Obrigações acessórias.....	99
4.4. Competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	101
4.5. Exame da contabilidade.....	102
4.6. Contribuições e outras importâncias não recolhidas até o vencimento.....	102
4.6.1. Crédito da seguridade social.....	102
4.6.2. Penalidades por pagamento com atraso.....	103
4.6.3. Procedimento.....	103
4.6.4. Parcelamento e parcelamento.....	104
4.7. Restituição e compensação de contribuições e outras importâncias.....	105
4.8. Reembolso de pagamento.....	107
5. Prazo para apuração e constituição de crédito.....	107
6. Prova de inexistência de débito.....	109
CAPÍTULO III	
Teoria Geral da Previdência Social.....	111
1. Organização e finalidade da previdência social.....	111
2. Princípios e objetivos da previdência social.....	112
2.1. Universalidade de participação nos planos previdenciários.....	112
2.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	112
2.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.....	112

2.4. Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente	112
2.5. Iredutibilidade do valor dos benefícios e forma a preservar-lhes o poder aquisitivo...	113
2.6. Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário mínimo.....	113
2.7. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados	114
2.8. Princípios doutrinários.....	114
3. Ministério da Previdência Social – MPS.....	115
3.1. Natureza jurídica e competência.....	115
3.2. Estrutura organizacional.....	115
4. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	117
4.1. Noções	117
4.2. Estrutura organizacional.....	118
5. Órgãos colegiados.....	118
5.1. Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	118
5.2. Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	119
5.2.1. Estrutura.....	119
5.2.2. Processo administrativo.....	120
6. Regimes de previdência social.....	123
7. Filiação, inscrição e matrícula	125
8. Beneficiários do Regime Geral de Previdência Social	127
8.1. Segurados.....	128
8.1.1. Segurados obrigatórios.....	128
8.1.1.1. Empregado	128
8.1.1.2. Empregado doméstico.....	132
8.1.1.3. Contribuinte individual.....	132
8.1.1.4. Trabalhador avulso	136
8.1.1.5. Segurado especial.....	137
8.1.1.5.1. Regime de economia familiar	140
8.1.2. Segurados facultativos.....	141
8.1.3. Atividades concomitantes.....	143
8.1.4. Aposentado em atividade.....	143
8.1.5. Dirigente sindical.....	144
8.1.6. Ministro de Estado e Secretários Estadual, Distrital ou Municipal.....	144
8.1.7. Servidor civil ocupante de cargo efetivo e militar dos entes federativos.....	144

8.1.8. Empresa e empregador doméstico	144
8.1.9. Manutenção e perda da qualidade de segurado.....	145
8.2. Dos dependentes	146
8.2.1. Classe 1	146
8.2.1.1. Cônjuge.....	146
8.2.1.2. Companheira(o).....	147
8.2.1.3. Filho	147
8.2.1.4. Companheira(o) homoafetiva(o).....	150
8.2.1.5. Exemplo prático	151
8.2.2. Classe 2	151
8.2.3. Classe 3	152
8.2.4. Concorrência de dependentes	152
8.2.5. Comprovação e presunção de dependência econômica	152
8.2.6. Perda da qualidade de dependente	154
8.3. Inscrições de segurados e dependentes.....	154
9. Decadência e prescrição	155
9.1. Princípios da segurança jurídica e da proteção à confiança	159

CAPÍTULO IV

Teoria Geral dos Benefícios e Serviços do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	161
1. Requerimento de benefício	161
1.1. Documentação	162
1.1.1. Aposentadoria especial	162
1.1.2. Aposentadoria por idade	163
1.1.3. Aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença.....	167
1.1.4. Aposentadoria por tempo de contribuição.....	169
1.1.5. Auxílio-reclusão ou pensão por morte.....	170
1.1.6. Salário-maternidade.....	173
1.1.7. Amparo assistencial ao idoso ou deficiente	175
2. Justificação administrativa.....	175
3. Carência	177
3.1. Exemplos práticos	182
3.1.1. Auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.....	182
3.1.2. Aposentadoria por idade	182
4. Salário-de-benefício	183
4.1. Conceito	183
4.2. Período Básico de Cálculo – PBC.....	183

4.3. Fator previdenciário.....	184
4.4. Cálculos, valor e correção.....	187
4.5. Múltipla atividade.....	189
5. Contagem recíproca do tempo de contribuição e a compensação previdenciária.....	189
6. Renda mensal do benefício.....	190
6.1. Exemplo prático de cálculo de Renda Mensal Inicial – RMI.....	193
7. Reajustamento do valor dos benefícios.....	193
8. Pagamentos de benefícios previdenciários.....	197
9. (In)acumulações de benefícios.....	199
10. Programa permanente de revisão da concessão e da manutenção dos benefícios previdenciários.....	200
11. Revisão de benefício previdenciário.....	201
11.1. Art. 58, <i>caput</i> , do ADCT.....	201
11.2. Súmula n. 2 do Tribunal Regional Federal da Quarta Região.....	202
11.3. Art. 144 da Lei Ordinária Federal n. 8.213/1991 (buraco negro).....	203
11.4. Art. 26 da Lei Ordinária Federal n. 8.870/1994 (buraco verde).....	204
11.5. Art. 29, § 5º, da Lei Ordinária Federal n. 8.213/1991.....	205
11.6. Art. 201, § 4º, da CRFB/1988.....	207
11.7. Art. 21, § 3º, da Lei Ordinária Federal n. 8.880/1994.....	207
11.8. IRSM de fevereiro de 1994.....	208
11.9. Art. 74 da Lei Ordinária Federal n. 8.213/1991.....	209
12. Não devoluções de parcelas de caráter alimentar recebidas de boa-fé pelo beneficiário da Previdência Social.....	209
13. Aspectos jurisprudenciais sobre a Data de Início do Benefício – DIB nos benefícios previdenciários por incapacidade.....	210
14. Fungibilidade dos pedidos de benefício previdenciário.....	211
15. Desistência do pedido de aposentadoria.....	212
16. Desaposentação e reaposentação.....	212
16.1. Mera revisão da renda mensal.....	215
17. Dano moral previdenciário.....	215

CAPÍTULO V

Benefícios e Serviços do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).....	217
1. Benefícios.....	217
1.1. Auxílio-doença previdenciário (espécie 31).....	218
1.2. Aposentadoria por invalidez previdenciária (espécie 32).....	222
1.2.1. Grande invalidez.....	227
1.3. Aposentadoria por idade (espécie 41).....	228

1.4. Aposentadoria por tempo de contribuição (espécie 42).....	233
1.4.1. Regras transitórias.....	237
1.4.1.1. Art. 9º, <i>caput</i> , da Emenda Constitucional n. 20/1998.....	237
1.4.1.2. Art. 9º, § 1º, da Emenda Constitucional n. 20/1998.....	239
1.4.2. Aposentadoria por tempo de contribuição do professor (espécie 57).....	240
1.5. Aposentadorias por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência ...	242
1.6. Aposentadoria especial (espécie 46).....	246
1.7. Auxílio-reclusão (espécie 25).....	254
1.8. Auxílio-acidente (espécies 36 e 94).....	257
1.9. Salário-maternidade (espécie 80).....	261
1.10. Pensão por morte previdenciária (espécie 21).....	264
1.11. Salário-família (espécie 71).....	270
1.12. Abono anual.....	275
2. Benefícios de legislação especial.....	275
2.1. Pensão por morte de ex-combatente (espécie 23).....	275
2.2. Pensão mensal vitalícia por síndrome de talidomida (espécie 56).....	276
2.3. Pensão mensal vitalícia do seringueiro (espécie 85) e pensão mensal vitalícia do dependente do seringueiro (espécie 86).....	277
2.4. Pensão especial devida aos dependentes de vítimas fatais por contaminação na hemodiálise em Caruaru – PE (espécie 89).....	277
2.5. Pensão especial devida aos portadores de hanseníase isolados compulsoriamente (espécie 96).....	278
3. Benefícios extintos.....	278
3.1. Renda mensal vitalícia (espécies 11, 12, 30 e 40).....	279
3.2. Aposentadoria por tempo de contribuição de ex-combatente (espécie 43).....	280
3.3. Aposentadoria excepcional do anistiado (espécie 58).....	280
3.4. Auxílio-natalidade (espécie 61).....	281
3.5. Auxílio-funeral (espécie 62).....	281
3.6. Pecúlio (espécie 68).....	281
3.7. Abono de permanência em serviço (espécies 47 e 48).....	282
4. Serviços.....	282
4.1. Serviço social.....	282
4.2. Habilitação e reabilitação profissional.....	283
 CAPÍTULO VI	
Previdência dos Servidores Públicos Civis e Militares.....	285
1. Noções gerais.....	285
1.1. Caráter contributivo.....	286

1.2. Equilíbrio financeiro e atuarial	286
1.2.1. Regimes financeiros nas avaliações e reavaliações atuariais	287
1.3. Gestão do regime próprio.....	287
1.4. Utilização dos recursos previdenciários	288
1.5. Escrituração contábil	288
1.6. Depósito e aplicação dos recursos	289
1.7. Concessão de benefícios	289
1.8. Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	291
1.9. Auditoria	291
1.10. Normas de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social	291
1.10.1. Regras gerais de concessão.....	291
1.10.2. Regras de cálculo e reajustamento dos benefícios	293
1.10.3. Abono de permanência	293
1.11. Disposições gerais sobre benefícios	293
2. Previdência dos servidores públicos civis	294
2.1. Servidores aposentados ou em atividade, porém com todos os requisitos para a aposentadoria cumpridos à data da publicação (31/12/2003) da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003	294
2.2. Servidores em atividade na data da publicação (31/12/2003) da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003	296
2.3. Servidores com ingresso na Administração Pública, após a publicação (31/12/2003) da Emenda Constitucional n. 41, de 19 de dezembro de 2003	301
2.4. Plano de seguridade social dos servidores públicos civis federais.....	302
3. Militares da União Federal.....	303
4. Aposentadoria do servidor público policial	304
5. Contribuição do servidor público inativo e do pensionista.....	305
6. Regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União	306
CAPÍTULO VII	
Assistência Social	311
1. Conceito	311
2. Sistema legislativo.....	311
3. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS	311
3.1. Natureza jurídica	311
3.2. Competência	311
3.3. Programas e serviços.....	312

4. Objetivos.....	316
5. Entidades e organizações.....	316
6. Princípios.....	317
7. Diretrizes.....	318
8. Organização e gestão.....	318
9. Benefícios.....	321
9.1. Amparo assistencial ao portador de deficiência (espécie 87) e Amparo assistencial ao idoso (espécie 88).....	321
9.2. Benefícios eventuais.....	327
10. Financiamento.....	328
11. Função do Ministério Público na LOAS.....	328
CAPÍTULO VIII	
Saúde	329
1. Histórico.....	329
2. Conceitos.....	329
3. Lei Orgânica da Saúde.....	333
4. Ministério da Saúde – MS.....	333
4.1. Natureza jurídica.....	333
4.2. Competência.....	333
4.3. Programas.....	333
5. Sistema Único de Saúde – SUS.....	335
5.1. Considerações.....	335
5.2. Objetivos e atribuições.....	336
5.3. Princípios e diretrizes.....	336
5.4. Organização, direção e gestão.....	337
5.5. Atribuições comuns aos entes federativos.....	338
5.6. Competências dos entes federativos.....	339
6. Serviços privados de assistência à saúde.....	342
6.1. Funcionamento.....	342
6.2. Participação complementar.....	343
7. Financiamento.....	343
7.1. Recursos.....	343
7.2. Gestão financeira.....	345
7.3. Planejamento e orçamento.....	345
REFERÊNCIAS	347
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	353